

# “O desemprego tornou-se a maior preocupação dos brasileiros”

Eis a íntegra do “Documento dos Empresários”, do Fórum Gazeta Mercantil:

**N**enhum país escapou aos efeitos destrutivos da crise. Nem por isso devemos atribuir nossas dificuldades apenas aos distúrbios da ordem econômica internacional. Temos que reconhecer nossa responsabilidade pelo agravamento dos problemas que ora nos afligem. Mas não será pela recessão sem destino que o Brasil alcançará seu futuro.

A tradição do povo brasileiro lembra-nos o compromisso de avançar em meio às dificuldades. Ao abalo provocado pela primeira Revolução Industrial respondemos com a Independência, com a manutenção da integridade nacional e com a expansão cafeeira. Os transtornos da Grande Depressão final do século 19 foram rechaçados pela Abolição da Escravatura, pela Proclamação da República e pelos primeiros passos da indústria. O desafio de 1929 foi contestado por uma vigorosa política de industrialização que erigiu as bases do Brasil moderno. Nas incertezas dos anos cinqüenta saltamos etapas com a estratégia grandiosa do Plano de Metas.

Temos a convicção de que não faltará aos brasileiros a força de sua herança. O País está preparado para acompanhar as transformações que criaram uma nova era para a humanidade. Contamos com uma indústria moderna e diversificada, uma agricultura capaz de responder com dinamismo às exigências do mercado interno e externo e com uma estrutura de serviços avançada e eficiente. Nossa base de recursos naturais é generosa. Poucas economias possuem tantas possibilidades de reequilibrar seu balanço energético, superando a dependência do petróleo importado. Os trabalhadores brasileiros têm demonstrado uma invejável dedicação e criatividade. Nas universidades, nos institutos de pesquisa e nas empresas já dispomos de requisitos humanos para um promissor desenvolvimento tecnológico e científico. E o empresariado tem impulsionado o progresso.

São mais fortes os motivos da esperança. Sabemos que a comunidade brasileira está disposta ao sacrifício para alcançar seu destino. Sabemos, também, que numa sociedade democrática esta sacrificio tem que se decidido pela forma de diálogo e do entendimento. É nesse espírito que oferecemos a Nação um conjunto articulado de idéias que possa orientar a reconstrução do País. Estamos conscientes da complexidade de nossos problemas. Mas com altivez erguemos um Brasil livre, próspero, justo e soberano.

## I

A mudança de rumos que estamos propondo começa por uma profunda reorganização financeira interna. As taxas de juros exorbitantes e o ciclone especulativo do “open-market” são apenas os sintomas da desordem das finanças do Estado e da inaquiedade estrutural de capital e de financiamento do setor privado. No ponto a que chegamos, as medidas paliativas contribuem somente rara vez adensamento do clima de incerteza que sufoca o espírito empresarial.

Nos últimos anos, a política econômica, com o propósito de atrair moeda estrangeira, transformou o dólar em unidade de referência para as transações internas. Este processo de “dolarização” da economia brasileira atingiu a dívida do Estado e de suas empresas e contamina o sistema bancário e as empresas privadas nacionais. A ampliação das relações internas de débito e crédito em moeda estrangeira, induzida pelo Governo, trouxe sérias consequências. Diante do risco cambial implícito nestas operações há um duplo movimento: os devedores procuram defender a solvabilidade de seu patrimônio antecipando a liquidação de suas obrigações em dólares, os aplicadores concentram suas operações nos ativos denominados em dólares. Daí decorre uma arbitragem do mercado no sentido de que as taxas de remuneração e de empréstimo sejam determinadas pelas expectativas acerca das variações cambiais. Na situação de asfixia cambial aguda que atravessamos, este fenômeno provoca a elevação generalizada das taxas de juro. Isto é agravado por uma expressiva contração de liquidez derivada do desequilíbrio entre ingresso de recursos externos e o fluxo de pagamentos do contravalor em cruzeiros ao Banco Central.

**Q**ualquer tentativa de baixar substancialmente as taxas de juros haverá de levar em conta esta questão. Várias têm sido as soluções apresentadas. A mais indicada para o momento brasileiro é a que transfere para o Estado a responsabilidade dos débitos em dólares. Esta medida é necessária para o saneamento financeiro das empresas públicas — responsáveis por dois terços da dívida total — das empresas privadas e para salvaguarda do sistema bancário. É miserável que ao se adotar esta decisão se acentue o interesse das finanças do Estado com contrapartidas adequadas.

No caso da dívida pública expressa em dólares, a solução seria pressa em dólares, a solução seria



Antônio Ermírio de Moraes, presidente do Grupo Votorantim: “A renegociação da dívida é o único caminho, mas deve haver também uma renegociação de juros e spreads. Moratória para um país que depende de importação de petróleo seria muito penosa”.

Severo Gomes, presidente da Tecelagem Parahyba: “O país já está em moratória, sem se aproveitar de seus benefícios, por falta de gerenciamento”.



Mário Garner, presidente do Grupo Brasilinvest: “A renegociação da dívida externa será bem recebida pelos banqueiros internacionais, e teremos tempo para derrotar a inflação, o grande problema da nossa economia”.



José Mindlin, presidente da Metal Leve: “Moratória é para quem pode. O Brasil não, porque não tem reservas. Temos de renegociar nossa dívida com os banqueiros e governantes de outras nações”.



Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau: “A renegociação é o que indica o bom senso. Creio que ainda temos bom senso”.



Estas opiniões sobre a renegociação da dívida externa brasileira são dos participantes do Fórum Gazeta Mercantil e foram extraídas de entrevistas concedidas ontem, em São Paulo. Com exceção da entrevista de Mário Garner, realizada quinta-feira da semana passada.

substitui-la por títulos de curto prazo, negociados com deságio — as Letras do Tesouro Nacional (LTNs), que são instrumentos apropriados de regulação da liquidez e devem tão-somente resguardar o valor das saldos de caixa das empresas e dos bancos.

A dívida pública de longo prazo ficaria restrita aos títulos com correção monetária e juros, emitidos com garantia do Tesouro, pelos bancos de desenvolvimento oficiais.

O reequilíbrio das finanças do Estado não se esgota porém na administração sadia da dívida pública. Já há consenso sobre a necessidade de aprimoramento do sistema tributário brasileiro. A carga fiscal terá que ser reformulada por ser insuficiente, mal distribuída e seus recursos mal administrados. Além disso, nos últimos anos, ampliou-se a diferença entre a carga bruta e a carga líquida, por conta da multiplicação dos incentivos e subsídios. E preciso extrair de vez o casuísmo tributário coibindo-se a criação de novos impostos durante o exercício fiscal.

Não é admissível que os ganhos patrimoniais, especialmente os derivados da especulação financeira, permaneçam imunes aos sacrifícios exigidos neste momento. Uma das condições para taxação eficaz do enriquecimento derivado da variação do valor do patrimônio é a supressão dos títulos ao portador e sua substituição por outros, nominativos e endossáveis. Ademais é preciso uma revisão rigorosa dos incentivos fiscais, pouco eficientes do ponto de vista alocativo e danosos no que respeita à evolução da receita pública e à distribuição de renda. Entendemos que devem ser adotadas formas de melhor atribuição da competência tributária entre a União, os Estados e os Municípios.

**P**ara que se complete o processo de saneamento financeiro do setor público, faz-se necessário disciplinar a atuação das empresas estatais. A política econômica deverá preservar a capacidade produtiva dos setores estratégicos (insumos básicos, energia, petroquímica, mineração, telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para a expansão do parque industrial brasileiro. E providência urgente atender à capitalização destas empresas de forma que o custo do excessivo endividamento, a que foram induzidas a incorrer no passado, não coloque em risco a economicidade da produção corrente. A “desdolarização” é condição básica para que isso se verifique. Mas há outro aspecto igualmente relevante: sua política de preços deve refletir a variação dos custos unitários de produção mais uma margem normal de lucro sem que se pretenda repassar para o conjunto da indústria o ônus dos pesados compromissos financeiros. Esta questão só poderá ser resolvida se reconhecermos que parte da dívida externa das empresas estatais é, na verdade, de responsabilidade do Tesouro Nacional que deverá suportar este encargo.

As empresas estatais têm qualquer possibilidade de recuperação precisam ser imediatamente fechadas, e aquelas não diretamente produtivas — constituídas para fraudar as regras orçamentárias — devolvidas à administração direta. Finalmente, resta apontar para a urgência de se estabelecer regras de controle público para as empresas estatais. A subordinação formal ao Estado não tem impedido que as empresas públicas frequentemente cometam desmandos de toda ordem, tomando decisões que desconsideram as normas elementares de racionalidade econômica. É importante que o Congresso Nacional

## Empresários preferem renegociação



Olavo Setúbal, presidente do Banco Itatiba: “O principal a fazer, antes de renegociar, é realizar uma programação para desenvolver os setores financeiro e industrial do país. Depois, sim, vamos renegociar. Este é o caminho”.



va privada no retreinamento dos trabalhadores deslocados pelo avanço das técnicas.

Há poucas dúvidas sobre a composição deseável dos gastos governamentais. Os investimentos na área social são exatamente aqueles que mais empregam, além de enfrentarem as carencias gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação popular, transportes coletivos urbanos e defesa do meio ambiente.

## III

O programa interno, cujas linhas gerais acabamos de sugerir, é precondição para adotarmos uma nova atitude na renegociação da dívida externa.

As condições que incentivaram o rápido e intenso endividamento da maioria dos países da periferia desapareceram desde o início da década. A recessão generalizada trouxe consigo uma forte retracção do comércio mundial. As economias em desenvolvimento foram duramente atingidas quer pela redução das taxas de crescimento das trocas internacionais, quer pela intensa deterioração das relações de intercâmbio. O Brasil não fugiu à regra.

A queda do ritmo de expansão do comércio mundial foi acompanhada por uma paralisação das relações financeiras. A política econômica dos Estados Unidos provocou uma ascensão sem precedentes das taxas de juro e um estreitamento da disponibilidade de fundos para o giro da enorme dívida acumulada. As possibilidades de se obter recursos novos tornaram-se mínimas. Nestas circunstâncias, o desequilíbrio cambial das nações endividadas converteu-se num grave problema estrutural, cuja solução definitiva escapa às normas convencionais de gestão, ainda prisioneiras do abalado sistema nascido em Bretton Woods. Apesar de urgente, a reconstrução da ordem econômica internacional tem encontrado resistências nas atitudes mísulas dos países líderes do mundo ocidental.

Está claro que sem reformas de profundidade será inviável uma reestruturação sustentada do comércio mundial e a normalização dos fluxos financeiros, com taxas de juro competitivas. É irrealista acreditar que o estrangulamento externo da economia brasileira possa ser dirimido pela ação espontânea do mercado. Como quase todos, pensamos que é indispensável, neste momento, um programa global de rearticulação do mundo capitalista. Também é improvável que medidas desta amplitude sejam tomadas num horizonte previsível.

## IV

séria absoluta, não terá meios de acomodar as tensões originadas pelo desemprego e pela queda dos salários reais. Este cenário é intolerável para os brasileiros e indesejável para o mundo ocidental.

Devemos tentar evitar uma ruptura unilateral, voluntária ou involuntária, com a comunidade financeira internacional. Primeiro, porque isto seria lesivo aos interesses do Brasil, e segundo porque poderia levar a desestabilização do sistema privado de crédito em escala mundial.

O desequilíbrio externo da economia brasileira só será equacionado, no futuro imediato, se adotarmos uma nova atitude na renegociação da dívida. Esta mudança de atitude deve começar pela restauração do clima de credibilidade externa e interna. Nossa objetivo é viabilizar o crescimento ordenado da economia e a rápida recomposição das reservas de divisas, condição básica para o pleno exercício da soberania nacional.

**E**mpresário, portanto, um acordo com os bancos estrangeiros que assegure a renovação automática dos pagamentos referentes ao principal e aos juros pelo prazo mínimo necessário. O acordo deve estipular taxas de juros suportáveis, condizentes com a evolução de nossa capacidade de pagamento. Isto envolverá entendimentos com os Governos e Bancos Centrais dos países credores e com os organismos multilaterais.

Paralelamente às negociações para o reescalonamento da dívida externa, precisamos prosseguir no esforço de incrementar as exportações. E patente do desequilíbrio entre o potencial produtivo da economia brasileira e nossa participação no comércio internacional. Esta assimetria não pode permanecer. Para superá-la é necessário, antes de mais nada, que se preserve a taxa de câmbio como instrumento de competitividade dos produtos nacionais. Deve-se insistir na multiplicação dos acordos bilaterais, inclusivos, conjuntas. Finalmente, recomendamos que se intensifique a ação sobre as nações industrializadas para quem abram mão das práticas protecionistas e retaliatórias. Neste aspecto, é da maior conveniência a colaboração das empresas estrangeiras que podem desenvolver uma ação política e comercial de abertura e ampliação de mercados.

Todas estas providências, somadas a uma vigorosa política de substituição de importações, permitiriam aliviar o estrangulamento externo.

## V

Em 1978, por ocasião do “Primo Documento dos Empresários”, afirmamos nosso inabalável compromisso com a democracia.

Dizíamos então: “O desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena exploração de interesses e opiniões, dando ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num inescrível conflito de classe — o regime democrático. Mais que isto, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se forem capazes de constituir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade. Mas defendemos a democracia, sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas”.

E inegável que a abertura democrática deu passos significativos: a reconquista da liberdade de imprensa, a revogação do Ato Institucional nº 5, a anistia tão ampla quanto reivindicavam as oposições e, recentemente, a realização de eleições diretas para os Governos estaduais. E isto deve ser creditado, antes de tudo, ao discernimento do Presidente Ernesto Geisel e à determinação do Presidente João Figueiredo.

A plena democracia é um grande anseio nacional. A total reintrodução do País pressupõe a independência dos três Poderes. Exige uma clara manifestação de coragem, de cívismo e de desprendimento. Reclama iniciativas coordenadas, com a participação de todos os segmentos da sociedade, para fazer das decisões do Estado o reflexo da vontade da Nação.

Para tanto, é fundamental o breve debate que conduza a um entendimento amplo em torno de um programa de austeridade compreendendo e aceito, capaz de unir os brasileiros, de distribuir com equidade os sacrifícios e de restabelecer a credibilidade, requisito indispensável para a construção do BRASIL VIÁVEL.

Antônio Ermírio de Moraes, Olavo Egydio Setúbal, Cláudio Barcelos, Abílio dos Santos Diniz, Laerte Setubal Filho, Mario Bernardo Garnero, José Ermírio de Moraes Filho, Jorge Gerdau Johannpeter, José E. Mindlin, Paulo D'Arrigo Vellinho, Severo Fagundes Gomes, Paulo Diederichsen Villares e Manoel da Costa Santos.

O disciplinamento das finanças públicas e privadas abrirá caminho para uma estratégia de crescimento a longo prazo. As lições do passado recomendam que qualquer reativação da economia seja feita de

## II

O disciplinamento das finanças públicas e privadas abrirá caminho para uma estratégia de crescimento a longo prazo. As lições do passado recomendam que qualquer reativação da economia seja feita de

A prioridade conferida à agricultura terá de ser efetivamente cumprida, para permitir, inclusive, o amortecimento do exôdoro rural que vem agravando o desemprego nas cidades.

O desemprego tornou-se a maior preocupação dos brasileiros. No âmbito urbano o fenômeno já atingiu proporções alarmantes com o declínio da atividade econômica nos últimos três anos. Basta dizer que o emprego industrial, em São Paulo, regrediu aos níveis de 1973. Ao desaparecimento de postos de trabalho deve-se adicionar a expansão do subemprego e a falta de oportunidade para os milhões de jovens, depositários do investimento educacional brasileiro, que a cada dia se apresentam em condições de trabalhar.

Ademais, o progresso inevitável

da automação tornará redundantes, a longo prazo, dezenas de profissões. A marginalidade a que é submetida boa parte da juventude brasileira precisa ser enfrentada com uma eficiente política de emprego e por um planejamento familiar responsável, que respeite a liberdade e busque o resguardo da dignidade humana. Não é de hoje que as várias lideranças da sociedade vêm clamando por estas medidas. Elas são fundamentais.

No Brasil qualquer política de

emprego tem como pressuposto a retomada do crescimento econômico. Esta é uma condição necessária, porém não suficiente. Ao Estado caberá programar os investimentos públicos de forma a maximizar a geração de empregos por unidade de gasto e colaborar com a iniciativa